Tema norteador para o debate: A agroecologia como estratégia de gestão de Unidades de Conservação. Possibilidades do uso de práticas agroecológicas na gestão das UCs.

Objetivos: Avaliar as práticas agroecológicas como quebra de paradigmas. A hipótese da permanência. A crise hídrica

Comunidades tradicionais são grupos cuja cultura se difere daquela predominante na sociedade e que utilizam recursos naturais para suas práticas cotidianas que são geralmente transmitidas por tradição. No Brasil, estima-se que este grupo seja composto por mais de 4 milhões de pessoas que ocupam 25% do território nacional incluindo áreas localizadas ao redor e dentro de unidades de conservação. A relação de dependência direta entre estas comunidades e os recursos naturais foram responsáveis pelos principais conflitos gerados com o início da implementação de unidades de conservação no Brasil durante as décadas de 70 e 80 e também após a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000. A causa destes conflitos estão relacionadas a divergências nos interesses estabelecidos pelas três principais linhas de pensamento representadas pelos seguintes agentes: 1) preservacionistas, que defendem a incompatibilidade entre preservação da biodiversidade e a ocupação humana; 2) conservacionistas, que acreditam que a preservação das etnias caminha junto com a conservação da biodiversidade e 3) desenvolvimentista, que defendem que a preservação da natureza freia o desenvolvimento econômico e social. Um importante passo para diminuição das divergências entre estes grupos está na criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs) nas áreas próximas às Unidades de Preservação Permanente visando flexibilizar o uso e ocupação destas áreas pela comunidade tradicional. Apesar deste importante avanço, o uso dos recursos naturais das RDSs pela comunidade (geralmente focados em monoculturas) são frequentemente incompatíveis com os modos de produção sustentáveis estabelecidos por lei para as UCs, o que novamente inviabiliza o equilíbrio entre as metas estabelecidas por preservacionistas e conservacionistas. Uma saída viável para alinhar ambas as ideologias pode estar no uso das Agroflorestas por comunidades tradicionais e por moradores das áreas do entorno de unidades de conservação. Agroflorestas são baseadas nos princípios da sintropia e na hipótese de permanência, que sugere que a presença humana pode ser benéfica e imprescindível à conservação na natureza, contrapondo a "dicotomia conflitante entre ser humano e natureza". Além de permitir o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, as Agroflorestas podem ser também a melhor alternativa para gestão dos recursos hídricos da UCs ao favorecer sua preservação desde os leitos presentes nas zonas de amortecimento. Para que sua implementação se torne viável é preciso que diálogos abertos sejam estabelecidos entre a comunidade tradicional e gestores desde o planejamento das UCs até o acompanhamento e desenvolvimento das atividades agroflorestais. A criação de planos e pacotes de empreendimentos sólidos e viáveis são também fundamentais para atingir a população presente nas Zonas de Amortecimento. A RDS do Desejado, localizada no Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (São Paulo) é um importante modelo para pontuar as fragilidades e caminhos necessários para implementação deste método. A criação de uma área de proteção integral na região do Vale do Ribeira ocorreu na década de 80, sendo marcada pelo diálogo restrito entre gestores e a comunidade que culminou em conflitos e ações truculentas da Polícia Federal. Com a suspensão de seus direitos, a comunidade tradicional foi marginalizada, sendo obrigada e abandonar suas residências, os modos de produção e sustento recorrendo muitas vezes à caça e atividades ilegais. A partir da década de 90, as reivindicações

populares e pressões internacionais favoreceram o incentivo do diálogo entre comunidade, ONGs e gestores, que passaram a desenvolver juntos o plano de manejo para gestão das áreas e, posteriormente, a criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável. O último passo foi o incentivo ao uso de Agroflorestas na comunidade local, sendo marcado inicialmente pelo desinteresse da população que foi aos poucos sendo substituído pela aceitação à medida que gestores e ONGs se inseriam na comunidade para compreender além dos problemas sociais, as ausências de infraestrutura para saneamento básico, transporte e educação. A implementação da Agrofloresta nestas comunidades tem como resultado potencial diversificar a fonte de renda da população que passa a se inserir no mercado de produtos farmacêuticos, de floricultura, paisagismo, cosméticos, gastronomia, agroturismo dentre outros. Hoje, no entanto, não existem registros sobre o número de beneficiados pela implementação da Agrofloresta na comunidade do Vale Ribeira, ressaltando que a disseminação deste método ainda carece de maiores investimentos. Conforme destacado por Sarmento-Soares & Martins-Pinheiro, a função dos pesquisadores neste contexto é propor soluções aos conflitos ambientais sem excluir as populações afetadas, quebrando o paradigma de que o desenvolvimento do homem e natureza não caminham juntos.